

OBRAS PÚBLICAS

UM COFRE SEM FUNDO



Só em cinco projetos, foram gastos R\$ 73,1 milhões a mais

MAURÍLIO MENDONÇA
mgomes@redgazeta.com.br

Está difícil conseguir executar alguma obra no prazo ou no valor previstos no Espírito Santo. Um levantamento feito por A GAZETA mostra que 25 obras realizadas pelas prefeituras de Serra, Vila Velha e Vitória, e também pelo governo estadual, tiveram aumento nos custos ou no prazo final de entrega – ou em ambos, em alguns casos.

As obras foram escolhi-

das por A GAZETA, que pediu às administrações públicas informações sobre o valor e o prazo final definidos em contrato, comparando-os com o valor e o prazo final com os quais foram executadas.

Cinco dessas obras destacam-se por sua importância e pelo custo final em que foram entregues. O valor excedente de todas, somado, chega a R\$ 73,1 milhões, quantia suficiente para erguer

uma nova Ponte da Passagem, entre as avenidas Fernando Ferrari e Reta da Penha, em Vitória, e sobre dinheiro para os quiosques de Camburi.

A construção da nova ponte, por sinal, é a que teve o segundo maior aumento na lista: perdeu somente para a obra de macrodrenagem da Prefeitura de Vila Velha. As duas etapas da Avenida Carlos Lindenberg, em Vila Velha; e os novos Parque Tan-

credão e Orla de Camburi, ambos em Vitória, completam a lista.

OUTRAS OBRAS

Já os quiosques de Vitória, promessa para terminar em julho do ano que vem, estão entre as outras 20 obras e ainda participam de outra categoria: são uma das duas listadas que sofreram redução no preço do contrato. Essa queda de preço foi uma solução encontrada pela Prefeitura de

Vitória para reduzir os gastos durante o período pós-crise financeira.

A Capital, por sinal, ficou com nove obras na lista, com o Estado respondendo por sete projetos; e as prefeituras de Vila Velha e da Serra, por, respectivamente, cinco e quatro obras.

Para aumentar o valor ou o prazo, as surpresas e os imprevistos de obras sempre são apontados como os culpados pelos órgãos públicos. “Temos que lembrar que o

aditivo é para ser exceção”, frisa Donato Volkens Moutinho, controlador de recursos públicos do Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Qualquer pessoa pode denunciar irregularidades em obras públicas ao Tribunal de Contas. O órgão vem analisando apenas casos de denúncia. Se a irregularidade for confirmada, o responsável terá que devolver a quantia extra usada. No país, apenas 1% volta aos cofres públicos.



No Parque Tancredão, localizado em Vitória, o reajuste no valor da obra beira os 60%, batendo em R\$ 15,3 milhões. A obra termina em setembro. FOTO: VITOR JUBINI

OS CINCO MAIORES REAJUSTES

2º lugar

▼ Ponte da Passagem

O aditivo foi de R\$ 16,9 milhões, 33% a mais que o previsto, e o custo final da obra será de R\$ 67,9 milhões

Ponte para carros e passarela foram entregues com dois anos e cinco meses de atraso

Faltou, no projeto básico, identificar o solo da área, o que levou a mudanças em sondagem, fundação e acessos à via

3º lugar

▼ Avenida Carlos Lindenberg

O aumento será de R\$ 16 milhões (48% de reajuste). Assim, 1ª e 2ª etapas custarão R\$ 49 milhões

A 1ª etapa atrasou um ano e seis meses, e a 2ª só acaba em fevereiro de



1º. Macrodrenagem

A obra em Vila Velha deve custar R\$ 17 milhões a mais do previsto, reajuste de 68%, chegando a R\$ 42 milhões

A obra ainda não acabou. A previsão de conclusão era junho de 2008

Apenas 55% de tudo foram feitos com os R\$ 25 milhões previstos. Faltam três bacias, feitas aos poucos



4º lugar

▼ Parque Tancredão

O valor do aditivo é de R\$ 15,3 milhões, reajuste de 58%. As duas etapas – em vez de uma, como previsto – vão custar R\$ 41,6 milhões

A obra deve terminar em setembro, com três anos e

quatro meses de atraso. Prazo e valor mudaram por conta do solo, devido aos gastos em limpeza e preparação da área

5º lugar

▼ Orla de Camburi

Custará R\$ 7,9 milhões a mais, totalizando R\$ 39,4 milhões – acréscimo de 25%

A obra foi entregue três anos e oito meses depois

A intervenção incluía um mergulhão – entre as avenidas Dante Micheline e Adalberto Simão Nader –, hoje a cargo do Estado. Mesmo assim, a prefeitura alega mudanças no projeto e a extensão da obra até o 2º píer para explicar aditivos

agazeta.com.br

/cidades. Confira a lista com outras obras que receberam aditivo no orçamento ou tiveram prazo de entrega modificado

Aumento previsto em lei federal

“A lei estabelece que as obras públicas podem sofrer reajuste de até 25%, chegando a 50% quando se trata de reforma. As prefeituras de Vitória, Vila Velha e Serra e o governo estadual afirmam respeitar a lei.

Municípios e Estado justificam o aumento no valor dizendo que surgem imprevistos não incluídos no orçamento do projeto básico. Os maiores culpados seriam o clima chuvoso e o solo. Mas os excessos aparecem, hoje, como regras, quando deveriam ser exceção.

“O problema começa quando a prefeitura acha que o projeto básico não precisa ser completo. Mas a lei é clara ao mostrar o que deve ter o projeto, e eles não cumprem. É comum ver obras que só têm o desenho arquitetônico, e eles licitam

assim mesmo”, frisa Donato Volkens Moutinho, controlador de recursos públicos do Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Ele destaca que, se o projeto básico for bem feito, nem é necessário realizar o projeto executivo, mais detalhado.

FALHA

“Se uma obra ganha uma segunda etapa só porque acabou o dinheiro, há alguma falha no planejamento do recurso público”

DONATO MOUTINHO

Controlador de recursos públicos do Tribunal de Contas do Estado